Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Ex-distrital denuncia stalking



Agência Brasil/ARQUIVO

A ex-deputada Júlia Lucy denunciou, pelas redes sociais, estar sendo vítima de stalking. Um homem que fantasia ser o marido da ex-distrital a persegue há anos e, recentemente, até abordou a filha dela. Foi o estopim para uma reação. O caso se tornou tão grave que ele chegou a ser preso, mas foi liberado ontem na audiência de custódia. Júlia Lucy fez um desabafo: "Ele tem passagem de Maria da Penha e já acessou minha filha. Agora, ele é livre para vir atrás de mim. Como seguir a vida com essa ameaça? Isso é justo?".

Medida protetiva

Júlia Lucy denunciou o stalking à Polícia Civil e conseguiu uma medida protetiva. O homem que a persegue não pode se aproximar de seu trabalho nem de sua casa. Mas com a medida judicial ele acabou sendo informado sobre os seus endereços. Segundo a ex-deputada, no ano passado, ele foi à Câmara Legislativa com um estilete. Júlia Lucy não se elegeu deputada federal, em 2022, mas continua a desenvolver atividade política. Ela faz palestras e participa de muitos compromissos públicos. Por isso, está assustada. "Decidi denunciar porque muitas mulheres devem passar pela mesma situação", disse à coluna.

Um jantar para a base do governo Ibaneis



CLDF/Divulgação

O líder do governo, Robério Negreiros (PSD), será anfitrião de um jantar, amanhã, em sua casa, no Lago Sul, com os deputados da base na Câmara Legislativa. A governadora em exercício Celina Leão (PP) confirmou presença. Também devem participar o chefe da Casa Civil, Gustavo Rocha, e o secretário de Governo, José Humberto Pires, além de outros integrantes do governo, como a chefe de gabinete de Ibaneis Rocha, Juliana Monici. O objetivo do encontro é aproximar os deputados e discutir estratégias para as votações e discussões sob a liderança de Robério, que representa o governo na Casa.

GOMEZ

Desconexão digital

Projeto em tramitação na Câmara Legislativa estabelece como assédio moral qualquer tentativa de comunicação eletrônica da chefia fora do horário de trabalho. A medida, proposta pelo deputado distrital Iolando (MDB), vale para servidores do Executivo local e da Câmara Legislativa e não contempla quem tem cargo comissionado. É o chamado direito de "desconexão digital". "A crescente utilização de meios eletrônicos de comunicação no ambiente de trabalho tem levado muitos servidores públicos a uma sobrecarga de trabalho, prejudicando a qualidade de vida e aumentando o risco de doenças relacionadas ao trabalho", justifica o distrital.

Integrantes do MP se apresentam para a disputa à vaga no TJDFT



REPRODUÇÃO

Seis integrantes do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) se apresentaram para a disputa à vaga aberta no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) com a aposentadoria do desembargador Romeu Gonzaga Neiva. Estão na disputa a ex-procuradora-geral de Justiça do DF Fabiana Costa, os procuradores Marilda dos Reis Fontinele, Maurício Miranda e Vitor Fernandes Gonçalves, e os promotores de Justiça Flávio Augusto Milhomem e Trajano Souza de Melo. O período de inscrição terminou ontem e as eleições internas estão previstas para 30 de março. Promotores e procuradores deverão eleger uma lista com até seis nomes. Logo, a escolha já está feita. Falta, no entanto, a votação para que a classe apresente suas preferências. Em seguida, o resultado da escolha interna será enviado ao TJDFT, que deverá definir uma lista tríplice, a ser remetida ao presidente Lula, que dá a palavra final.

Direito eleitoral nas universidades



TRE-DF/Divulgação

O presidente do TRE-DF, Roberval Belinati, esteve com o ministro da Educação, Camilo Santana, para defender a inclusão da disciplina de direito eleitoral nos cursos de direito do Brasil. O coordenador-geral da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP), Luiz Fernando Casagrande Pereira, abriu a reunião e pontuou que a OAB aprovou a inclusão da matéria no exame da Ordem. Afirmou, ainda, que foi encaminhado ofício ao Conselho Nacional de Educação (CNE), mas que a comitiva resolveu solicitar pessoalmente ao ministro o seu apoio. Belinati representou o Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais no encontro.



Minervino Júnior/CB/D.A.Press

Em defesa da diversidade religiosa

A Câmara Legislativa lança hoje a Frente Parlamentar em Defesa da Diversidade Religiosa. De autoria do deputado distrital Max Maciel (PSol), a iniciativa tem como base a lei distrital 7226/2023, do deputado Fábio Félix (PSol), que visa a criação de um programa voltado ao combate ao racismo religioso. O objetivo é fortalecer ações de atendimento a segmentos das tradições religiosas afro-ameríndias, que se constituem nas principais vítimas de intolerância religiosa, como preconceitos, ataques e violências. "O Estado deve proteger e garantir o livre exercício de todas as crenças", explica Max Maciel.

"Um bom resumo do Governo Lula até aqui: ataque à lei das estatais para loteamento político, esposas de ministros nos Tribunais de Contas e o desejo de ter o advogado e amigo pessoal no STF. Onde está a impessoalidade? Como fica a independência das instituições? Estaremos de olho"

Senador Sérgio Moro
(União-PR)



SÓ PAPOS

"Impessoalidade é tirar um concorrente da disputa com uma 'decisão judicial' para favorecer a eleição do amigo extremista e virar ministro dele no dia seguinte? É cada uma, sinceramente..."

Ricardo Cappelli, Secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública,



Acompanhe a cobertura da política local com *@anacampos_cb*

»Entrevista | **IZALCI LUCAS** | SENADOR

Em entrevista ao CB.Poder, tucano falou sobre a defasagem salarial das polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros. Abordou ainda a necessidade de mais recursos para a ciência e tecnologia e a volta do governador afastado Ibaneis Rocha

Reajuste para forças de segurança

» CARLOS SILVA*

A remuneração das forças de segurança do Distrito Federal foi tema do CB.Poder *— parceria entre TV Brasília e* **Correio** *—, que recebeu o senador Izalci Lucas (PSDB). Ao jornalista Carlos Alexandre de Souza, o parlamentar falou ontem sobre a defasagem nos salários da Polícia Militar (PMDF), da Polícia Civil (PCDF) e do Corpo de Bombeiros (CBMDF). Também comentou sobre o retorno do governador Ibaneis Rocha (MDB), os atos antidemocráticos de 8 de janeiro e as propostas para angariar recursos para ciência e tecnologia.*

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



O senhor está focado em questões ligadas aos servidores da segurança pública do DF.

Como está a situação?

São diversos problemas. O primeiro deles é a remuneração. A nossa Polícia Civil, que sempre teve equiparação com a Polícia Federal, está em 24º lugar em termos de remuneração no Brasil. É inadmissível. As pessoas ainda acham que é a mais bem paga e não é. Temos que corrigir isso. Já aprovamos (propostas) duas vezes no Congresso, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e no Plenário, mas, por questões do governo federal, não foi possível dar o aumento, então, está defasado. O último aumento foi no governo Agnelo, em 2014. Tem muito tempo. O Fundo Constitucional é exatamente para isso: manter, organizar a Segurança Pública e auxiliar na educação e na saúde. Mas depende do encaminhamento (da proposta) pelo governo local para o governo federal e do federal encaminhar para o Congresso Nacional. No caso da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, recentemente, o Tribunal de Contas da União (TCU) questionou e mandou devolver o auxílio-moradia, que, do soldado até o coronel, varia entre R$ 1,1 mil a R$ 3,6 mil. Além de cortar o pagamento, eles mandam devolver de 2014 para cá. Isso dá uma insegurança muito grande. Nós temos que resolver isso. O governo local mandou para o governo federal, algumas vezes, o reajuste salarial. Nós, inclusive, chegamos a aprovar o último, mas o governo disse que só daria se PMDF e PCDF recebessem o mesmo valor e acabou ficando muito defasado. A governadora em exercício Celina Leão mandou para o governo federal uma proposta de reajuste linear de 18% para a segurança e, depois, com essa questão do TCU, ela chegou a mandar também uma medida provisória para corrigir esse ponto do auxílio moradia.

Como tem sido a conversa com a bancada do DF?

Sempre acompanhamos e fazemos reuniões. No caso de 8 de janeiro, fizemos uma imediatamente. Inclusive, fizemos uma nota para o retorno do governador, porque é um absurdo, numa canetada tirar o governador. Acho até que, naquele momento, tinha que fazer mesmo. Na sequência, como foi aprovado, está claro que ele não teve nenhum envolvimento. Basta ver também o parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR), que ele tem que voltar o mais rápido possível. Agora, depende do Supremo Tribunal Federal (STF).

O senhor acredita que a CPI vai identificar os culpados?

Nós temos como identificar individualmente quem errou. Não dá para generalizar e o DF pagar a conta, sabendo uma série de coisas. Lógico que aqueles que foram responsáveis diretos, e tem como você identificar grande parte deles, serão punidos individualmente.

Independentemente disso, o governador afastado Ibaneis Rocha deve voltar?

Já deveria ter voltado. Ele foi eleito no primeiro turno. Não dá para você afastar uma pessoa assim. Já existem elementos que ele não teve culpa direta. Ele, de certa forma, recebeu informações incorretas, porque realmente não estava tudo tranquilo, muito pelo contrário.

O senhor também é muito reconhecido pelo trabalho relativo à ciência e tecnologia. Temos um novo governo, que fez algumas ações, por exemplo, aumento da bolsa de pesquisa na Capes. Como o senhor vê essa situação?

O mais grave foi o projeto de minha autoria, que nós aprovamos, que proibia o governo de contingenciar e desviar recursos de ciência e tecnologia para outras áreas. Quando nós criamos a proibição do contingenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), houve uma série de problemas com o governo, que tentou adiar várias vezes, tentou vetar. Nós derrubamos o veto. Depois, quando brigamos mesmo, o orçamento já tinha sido votado, e eu não estava contemplado. Inclusive, veio uma medida provisória, depois, sem lógica nenhuma, de parcelar a implantação disso até 2026. Acabou que a medida caducou. Estive no Ministério da Ciência e Tecnologia. O governo sinalizou que vai repor os R$ 4,2 bilhões que faltaram do orçamento. Estamos recompondo pelo menos R$ 9 bilhões, o que ainda é muito pouco, mas é o que nós temos de principal financiador da ciência e tecnologia. Até 50% desse fundo pode ser aplicado em recursos reembolsáveis, ou seja, as empresas podem pegar o financiamento da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e usar nos projetos, mas devolvem. Só que a taxa de juros que estava na lei tem que mudar, senão, é mais vantajoso pedir em um banco comercial qualquer.

Estagiário sob a supervisão de Malcia Afonso